

This file has been cleaned of potential threats.

If you confirm that the file is coming from a trusted source, you can send the following SHA-256 hash value to your admin for the original file.

d7b5818b4fb5d2c690791e498b6c2f4f58ef77209f33e9a034c4e88745251b56

To view the reconstructed contents, please SCROLL DOWN to next page.

The text that follows is a TRANSLATION
O texto que segue é uma TRADUÇÃO

Brasil: Meio Ambiente sob Ataque no Governo Bolsonaro

Please cite as:

Favor citar como:

da Silva, M.D. & P.M. Fearnside.

2022. **Brazil: Environment
under attack.** *Environmental
Conservation*

<https://doi.org/10.1017/S0376892922000364>

[open access]

ISSN: 0376-8929

Copyright: Cambridge University Press

DOI: 10.1017/S0376892922000364

The original publication is available at

O trabalho original está disponível em:

<https://doi.org/10.1017/S0376892922000364>

<https://www.cambridge.org/core/journals/environmental-conservation/article/brazil-environment-under-attack/6528C06A699DA2D64DCFD665D1FEF67>

Brasil: Meio Ambiente sob Ataque no Governo Bolsonaro

Marcelo Dutra da Silva e Philip Martin Fearnside

A escalada das ameaças ambientais no Brasil é inédita na história sob o governo presidencial de Jair Bolsonaro. Com a ciência sob ataque e instituições e políticas públicas sendo desmanteladas, a destruição do meio ambiente avança em ritmo acelerado. A degradação ambiental não surgiu sob Bolsonaro: data da primeira chegada dos europeus ao Brasil e continuou ao longo dos séculos, com sucessivos picos de desmatamento. Quando o presidente Jair Bolsonaro assumiu o cargo em 1º de janeiro de 2019, seu governo rapidamente se tornou uma ameaça aos ecossistemas florestais brasileiros, aos povos nativos da floresta e à sustentabilidade agrícola (Athayde et al. 2022, Ferrante & Fearnside 2019, 2021a, Vale et al. 2022). O Brasil pode perder mais de US\$ 1 bilhão por ano em produção agrícola se o desmatamento na Amazônia não for contido (Leite-Filho et al. 2021).

A instalação do governo Bolsonaro foi a culminação de um processo de flexibilização das leis de desmatamento e mineração, reiniciado nos anos 2000. Esse processo se consolidou no governo Dilma Rousseff (2011-2016) e ganhou força no governo Michel Temer (2016-2018), apesar da queda significativa do desmatamento alcançada no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Nosso objetivo é relatar a sequência de eventos e decisões do governo federal que levaram ao agravamento da situação ambiental no Brasil. Começou logo após a posse do presidente Bolsonaro, com várias responsabilidades do Ministério do Meio Ambiente sendo transferidas para outras esferas do governo federal, funcionários sendo demitidos, acordos com organizações não governamentais sendo suspensos e conselhos e comitês ambientais sendo enfraquecidos ou extintos (Brasil 2019a). Houve até tentativas frustradas de perverter o uso de recursos de doações internacionais que haviam sido recebidos para projetos de combate ao desmatamento (Netto 2019). A situação se agravou, principalmente para os povos originários, quando a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi transferida para o Ministério da Agricultura com o objetivo de impedir novas demarcações de terras indígenas e validar invasões de terras indígenas existentes. A Funai foi devolvida ao Ministério da Justiça em maio de 2019 pelo Congresso Nacional, mas a nomeação pelo presidente Bolsonaro de um policial militar para chefiar a agência e militares para cargos-chave dentro dela garantiu que sua promessa de não demarcar “um único centímetro de terra indígena” foi mantida. Foram retrocessos e ilegalidades que nortearam a política anti-indígena do governo brasileiro (INESC 2022).

O governo federal tem avançado sistematicamente na agenda dos 'ruralistas' (grandes proprietários e seus representantes), tanto em ações legislativas quanto na nomeação de ruralistas para cargos-chave em todo o governo. A longa lista de contratemplos inclui interferências constantes nas ações de fiscalização e controle dos órgãos ambientais, a aprovação de 1.682 novos agrotóxicos para uso no Brasil, desde o início do governo até junho de 2022 (muitos deles proibidos na Europa e América do Norte) (Robotox 2022), corte de verbas governamentais para proteção ambiental (Brasil 2019b,c, 2020, 2021), enfraquecimento do sistema de monitoramento e combate aos crimes ambientais (Bragança 2021), redução significativa da aplicação de multas (Brasil

2019d), críticas às agências de pesquisa e monitoramento florestal (Fearnside 2019) e emissão de decretos, portarias e 'medidas provisórias' (despachos executivos com validade de 120 dias) que inibem os esforços de fiscalização de violações ambientais e combate ao desmatamento, queimadas, invasão de terras e mineração ilegal (ASCEMA 2020).

Projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, demandados pelo governo Bolsonaro, com forte apoio de parlamentares alinhados a ruralistas e garimpeiros, abririam terras indígenas para mineração, barragens e agronegócio (Villén-Pérez et al. 2022). Essas e outras iniciativas legislativas antiambientais se aceleraram desde a virada política de 1º de fevereiro de 2021, quando, sob a influência do Palácio do Planalto, o controle das duas casas do Congresso Nacional passou para o Coalizão 'Centrão' de partidos políticos, que apoiam a agenda ruralista (Ferrante & Fearnside 2021b).

Na reunião de 22 de abril de 2021 sobre mudança climática, convocada pelo presidente dos EUA Joe Biden, o presidente Bolsonaro fez promessas, como acabar com o desmatamento ilegal até 2030, mas logo depois tomou medidas que favoreceram a legalização do desmatamento e as reivindicações de terras (Fearnside 2021a). Um dia depois de prometer em seu discurso dobrar recursos para o meio ambiente, o presidente Bolsonaro publicou vetos retirando R\$ 240 milhões (US\$ 46,7 milhões) do orçamento do Ministério do Meio Ambiente (Carneiro 2021). Os recursos para prevenção de incêndios florestais caíram de R\$ 49 milhões (US\$ 9,4 milhões) em 2019 para R\$ 37 milhões (US\$ 7,1 milhões) em 2021. E em 2022 os vetos do presidente desviaram R\$ 8,6 milhões (US\$ 1,8 milhão) do orçamento do Ministério do Meio Ambiente para a promoção da conservação e prevenção de incêndios (Menegassi, 2022). Um projeto de lei (PL3729/2004), já aprovado na Câmara dos Deputados, permitirá, quando aprovado pelo Senado, o autolicenciamento de projetos de infraestrutura sem análise ou julgamento pela equipe técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o órgão licenciador (Ruaro et al. 2021). Em outubro de 2021, o governo Bolsonaro aprovou o corte do orçamento federal para a ciência brasileira em mais de 90%, reduzindo ainda mais a capacidade do país de estudar e controlar o desmatamento (Kowlowski 2021).

Bolsonaro se recusou a participar da 26ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP26), realizada em Glasgow (Reino Unido) em novembro de 2021. O representante do Brasil na conferência mudou a data prometida para acabar com o desmatamento ilegal de 2030 para 2028, assinou as declarações florestas e metano e afirmou que o Brasil atingiria zero emissões líquidas até 2050. No entanto, não há plano conhecido para atingir essas metas.

Parte da Amazônia já está emitindo mais CO₂ do que absorve (Gatti et al. 2021). O Brasil é o sétimo maior emissor de carbono do mundo. As emissões reduzidas da forte desaceleração econômica no Brasil decorrente do COVID-19 foram mais do que compensadas pelo aumento das emissões de GEE do desmatamento em 2020. Estima-se que as emissões cresceram de 10 a 20% em 2020 (SEEG 2020), porque o desmatamento não parou, com forte estímulo governamental para a produção e exportação de commodities.

O desmatamento no Brasil aumentou 22% de agosto de 2020 a julho de 2021 em relação ao ano anterior. Esses dados de desmatamento estavam disponíveis em 27 de outubro de 2021, mas, por ordem do Presidente, esses dados só foram divulgados em 18 de novembro de 2021 para não contrariar o discurso do governo na COP26 (Álvares 2021). Esse salto ainda maior no desmatamento reflete o efeito do discurso

antiambiental do governo, que envia uma mensagem subliminar de que crimes ambientais sempre serão perdoados. Também reflete o efeito do dismantelamento dos órgãos ambientais, os cortes orçamentários desses órgãos e as diversas medidas administrativas que desestimulam ou impedem a aplicação de multas. Também reflete a confiança dos posseiros na impunidade se eles invadirem e derrubarem florestas em 'florestas públicas não destinadas' (terras do governo que não são especificadas para uso como área protegida ou projeto de assentamento), uma vez que a 'lei da grilagem' (PL2633/2020) foi aprovado pela Câmara dos Deputados em agosto de 2021, enquanto tramitam no Congresso outros projetos de lei que facilitarão ainda mais a legalização de áreas ocupadas ilegalmente (Ferrante et al. 2021). A invasão de florestas públicas não destinadas (Fig. 1) emitiu 1,87 bilhão de toneladas de carbono entre 2003 e 2019 (Kruid 2021).

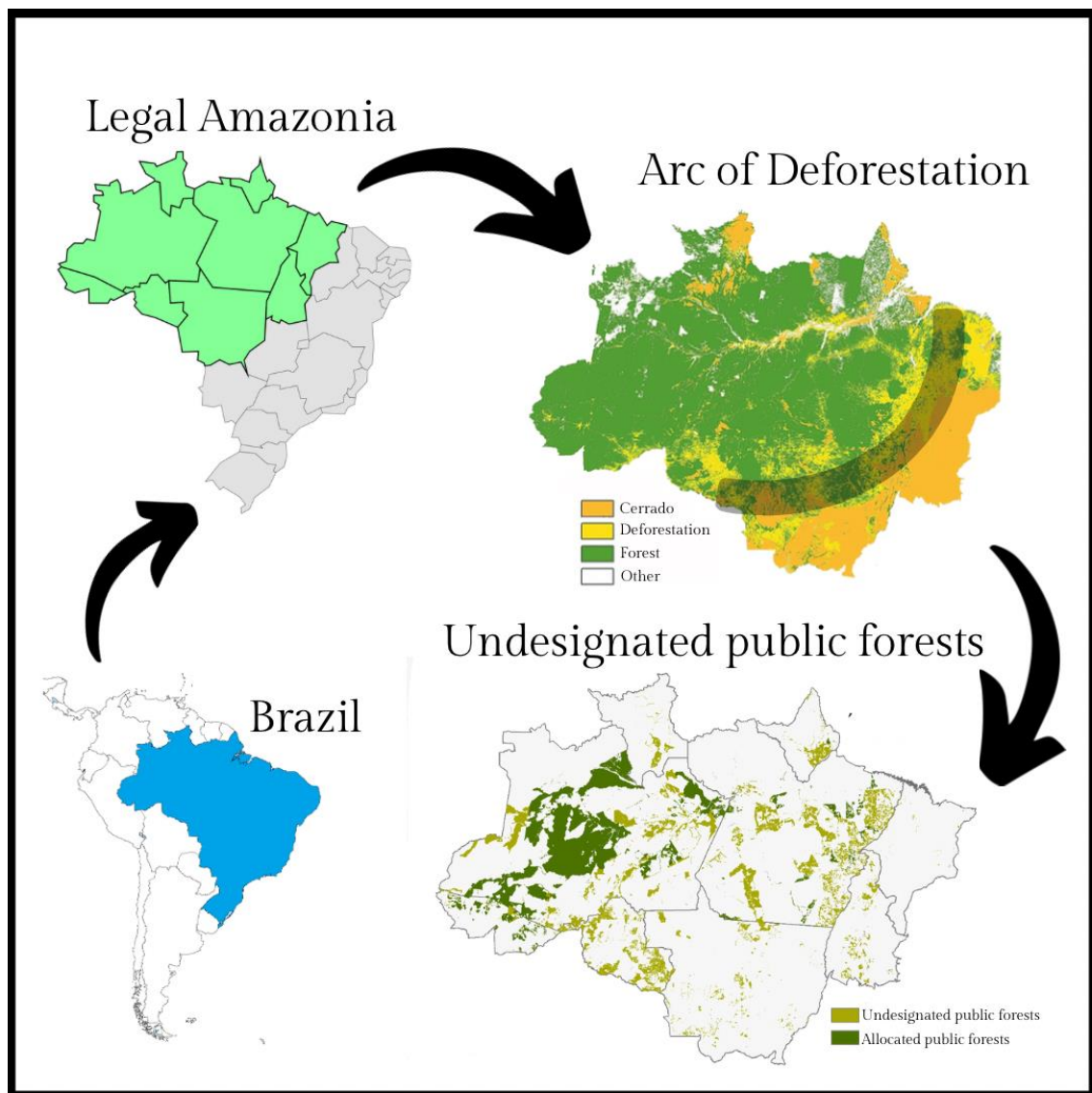


Fig. 1. Progresso no desmatamento e destruição de florestas públicas não designadas.

Esse desmatamento significa que espécies estão sendo perdidas, muitas delas antes de serem descritas. O estoque de biodiversidade global está sendo significativamente reduzido e caminhando para a extinção em massa. A ruptura da integridade dos ecossistemas também afeta a sobrevivência humana, pois reduz a

capacidade de produção de alimentos (Flach et al. 2021). O aquecimento global pode reduzir o vapor d'água no ar sobre a Amazônia, levando a uma redução de 12% no volume anual de chuvas, efeito que pode reduzir a disponibilidade de água para agricultura e pecuária no país (Sampaio et al. 2021). Essas mudanças correm o risco de empurrar o clima além de seus vários pontos de inflexão (Walker 2021). A destruição das florestas na Amazônia, aliada às mudanças climáticas, pode elevar em até 11,5°C as temperaturas máximas médias à sombra no mês mais quente do ano na região, colocando em risco a natureza, a economia e a vida dos residentes amazônicos (Oliveira et al. 2021).

A contínua ladainha de retrocessos ambientais no Brasil tem enormes consequências para as gerações presente e futuras, tanto no Brasil quanto no mundo. Isso significa que países e organizações internacionais ao redor do mundo não podem simplesmente assistir à tragédia como meros espectadores. Um quinto das importações de soja da União Europeia, produzida na Amazônia e no Cerrado brasileiro, está ligada ao desmatamento ilegal (Rajão et al. 2020). Há uma variedade de condições que podem ser impostas ao comércio internacional brasileiro para induzir mudanças (Ferrante & Fearnside 2021a), mas as mais prováveis de serem efetivas seriam as restrições impostas pelos países importadores (especialmente a China) à soja e à carne brasileira produzidas ilegalmente em áreas desmatadas (Fearnside 2021b).

Referências

- Álvares D (2021) Sources: Brazil withheld deforestation data 'til COP26's end. *Associated Press*, 20 de novembro de 2021. <https://bit.ly/3HoNx1V>
- ASCEMA Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente (2020). Cronologia de um desastre anunciado. Brasília, DF. <https://bit.ly/3uutpa2>
- Athayde S et al. (2022) The far-reaching dangers of rolling back environmental licensing and impact assessment legislation in Brazil. *Environmental Impact Assessment Review* 94: art. 106742. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2022.106742>
- Bragança D (2021) Câmara aprova projeto que flexibiliza o licenciamento ambiental, ainda falta votar emendas. O ECO, 13 May 2021 [www document]. URL <https://www.oeco.org.br/noticias/camara-aprova-projeto-queflexibiliza-o-licenciamento-ambiental-materia-vai-ao-senado/>
- Brasil (2019a) Presidência da República. Decreto nº 9.759.
- Brasil (2019b) Presidência da República. Decreto nº9.741.
- Brasil (2019c) Presidência da República. Lei Orçamentária 2019 nº 13.808
- Brasil (2019d) Presidência da República. Decreto nº 9.760
- Brasil (2020) Presidência da República. Lei Orçamentária 2020 nº 13.978
- Brasil (2021) Presidência da República. Lei Orçamentária 2021 nº 14.144
- Carneiro M (2021) Bolsonaro corta verba para o Meio Ambiente no dia seguinte à promessa de dobrar orçamento. *O Globo*, 23 de abril de 2021. <http://glo.bo/3qxXoN4>
- Fearnside PM (2019) As Amazon deforestation in Brazil rises, Bolsonaro administration attacks the messenger. *Mongabay*, 03 de agosto de 2019. <https://bit.ly/356ur3f>
- Fearnside PM (2021a) 'Zero illegal deforestation' – One more Bolsonaro distortion. *Mongabay*, 03 de maio de 2021. <https://bit.ly/6gez>

- Fearnside PM (2021b) China's carbon emissions in Brazil. *Science* 373: 1209-1210. <https://doi.org/10.1126/science.abl9962>
- Ferrante L & Fearnside PM (2019) Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. *Environmental Conservation* 46: 261–263. <https://doi.org/10.1017/S0376892919000213>
- Ferrante L & Fearnside PM (2021a) Brazilian government violates Indigenous rights: What could induce a change? *Die Erde* 152(3): 200-211. <https://doi.org/10.12854/erde-2021-584>
- Ferrante L & Fearnside PM (2021b) Brazil's political upset threatens Amazonia. *Science* 371: 898-899. <https://doi.org/10.1126/science.abg9786>
- Ferrante L et al. (2021) Land grabbing on Brazil's Highway BR-319 as a spearhead for Amazonian deforestation. *Land Use Policy* 108: art. 105559. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105559>
- Flach R et al. (2021) Conserving the Cerrado and Amazon biomes of Brazil protects the soy economy from damaging warming. *World Development* 146: art. 1055822. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105582>
- Gatti LV et al. (2021) Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. *Nature* 595: 388-393. <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>
- INESC Instituto de Estudos Socioeconômicos (2022). Fundação Anti-Indígena: Um retrato da FUNAI sob o governo Bolsonaro. Brasília, DF. www.inesc.org.br
- Kowaltowski AJ (2021) Brazil's scientists face 90% budget cut. *Nature* 598: 566. <https://doi.org/10.1038/d41586-021-02882-z>
- Kruid S et al. (2021) Beyond deforestation: Carbon emissions from land grabbing and forest degradation in the Brazilian Amazon. *Frontiers in Forests and Global Change* 4: art. 645282. <https://doi.org/10.3389/ffgc.2021.645282>
- Leite-Filho A T et al. (2021) Deforestation reduces rainfall and agricultural revenues in the Brazilian Amazon. *Nature Communications* 12: art. 2591 <https://doi.org/10.1038/s41467-021-22840-7>
- Menegassi D (2022) Bolsonaro corta 35 milhões do orçamento do Ministério do Meio Ambiente para 2022. *(O)Eco*, 25 de janeiro de 2022. <https://bit.ly/3QAxQtp>
- Netto, V. 2019. Governo estuda usar Fundo Amazônia para indenizar desapropriações de terra. *GI*, 25 de maio de 2019. <http://glo.bo/3QzK9X7>
- Oliveira BFA, Bottino MJ, Nobre P, Nobre C (2021) Deforestation and climate change are projected to increase heat stress risk in the Brazilian Amazon. *Communications Earth & Environment* 2: art. 207. <https://doi.org/10.1038/s43247-021-00275-8>
- Rajão R et al. (2020) The rotten apples of Brazil's agribusiness. *Science* 369: 246-248. <https://doi.org/10.1126/science.aba6646>
- Robotox (2020) Agrotóxicos concedidas pelo governo federal @robotox
- Ruaro R, Ferrante L, Fearnside PM (2021) Brazil's doomed environmental licensing. *Science* 372: 1049-1050. <https://doi.org/10.1126/science.abj4924>

- Sampaio G, et al. (2021) CO₂ physiological effect can cause rainfall decrease as strong as large-scale deforestation in the Amazon. *Biogeosciences* 18: 2511–2525. <https://doi.org/10.5194/bg-18-2511-2021>
- SEEG (2020) Impacto da pandemia de Covid-19 nas emissões de gases de efeito estufa no Brasil. <https://bit.ly/37PvB41>
- Vale MM et al. (2021) The COVID-19 pandemic as an opportunity to weaken environmental protection in Brazil. *Biological Conservation* 255: art. 108994. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2021.108994>
- Villén-Pérez S et al. (2022) Mining threatens isolated indigenous peoples in the Brazilian Amazon. *Global Environmental Change* 72: art. 102398. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2021.102398>
- Walker RT (2021) Collision course: Development pushes Amazonia toward its tipping point. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development* 63(1): 15-25. <https://doi.org/10.1080/00139157.2021.1842711>